

MAIO DE
2025

 Tribunal Regional do Trabalho
7ª Região | Ceará



Seminário Regional de Direito Material e Processual do Trabalho

PESQUISA JURÍDICA PRONTA

PRODUÇÃO:

Erika Chaves - Servidora da Biblioteca
Rebeca Estevan - Estagiária de
Biblioteconomia;
Nicoly Rolim - Estagiária de
Biblioteconomia;

SUPERVISÃO:

Rejane Maria Façanha de Albuquerque
- Gestora da Biblioteca

ARTIGOS

1. Postagem em redes sociais e justa causa: análise de casos

FONTE: BACCHI, Rodolpho César Aquilino. Postagem em redes sociais e justa causa: análise de casos. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 181-192, jan./jun. 2023.

Disponível em:

https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/218714/2023_bacchi_rodolpho_postagem_redes.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 13 mai. 2025.

2. Uso das redes sociais como meio de prova no Processo do Trabalho

FONTE: PERRONE, Moema Rallyme Bittencourt Soares. Uso das redes sociais como meio de prova no Processo do Trabalho. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 9, n. 5, 2023.

Disponível em:

<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/10070/3957>. Acesso em: 14 mai. 2025.

3. Prevenção de Fatores de Riscos Psicossociais e Promoção da Saúde Mental no Trabalho

FONTE: ZIMMERMANN, Cirlene Luiza. Prevenção de Fatores de Riscos Psicossociais e Promoção da Saúde Mental no Trabalho. Ministério Público do Trabalho no Rio de Janeiro, 2025.

Disponível em:

https://www.prt1.mpt.mp.br/images/arquivos/informe_se/artigos/Artigo_Preve_no_de_Fatores_de_Riscos_Psicossociais_e_Promoo_da_Sade_Mental_no_Trabalho_Cirlene_ampliado_PRT1.pdf. Acesso em: 14 mai. 2025.

4. Fatores de risco e riscos psicossociais no trabalho: definição e implicações

FONTE: RODRIGUES, Carlos Manoel Lopes; FAIAD; Cristiane; FACAS, Emílio Peres. Fatores de risco e riscos psicossociais no trabalho: definição e implicações. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 36, n. spe, 2020.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ptp/a/JXLWrsLFmp8hFpb8GQ3yTxG/?lang=pt>. Acesso em: 14 mai. 2025.

ARTIGOS

5. A alteração da NR 1 e os fatores de riscos psicossociais

FONTE: PRAGMÁCIO FILHO, Eduardo. A alteração da NR 1 e os fatores de riscos psicossociais. Academia Brasileira de Direito do Trabalho, 2025.

Disponível em:

<https://andt.org.br/wp-content/uploads/2025/03/A-alteracao-da-NR-1-e-os-fatores-de-riscos-psicossociais.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2025.

6. A responsabilidade da administração pública nas terceirizações após o Tema 1.118 do STF

FONTE: DIAS, Carlos Eduardo Oliveira. A responsabilidade da administração pública nas terceirizações após o Tema 1.118 do STF.

Consultor Jurídico, mar. 2025.

Disponível em:

<https://www.conjur.com.br/wp-content/uploads/2025/03/Carlos-Eduardo-Oliveira-Dias.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2025.

7. A(des)proteção trabalhista fixada pelo STF na terceirização dos serviços na administração pública

FONTE: CALCINI, Ricardo; MORAES, Leandro Bocchi de. A (des)proteção trabalhista fixada pelo STF na terceirização dos serviços na administração pública. Consultor Jurídico, fev. 2025.

Disponível em:

<https://www.conjur.com.br/2025-fev-27/desprotecao-trabalhista-fixada-pelo-stf-na-terceirizacao-dos-servicos-na-administracao-publica/>. Acesso em: 15 mai. 2025.

8. Tema 1.118: aptidão para prova, prova negativa e novo caminho para o trabalhador terceirizado

FONTE: LACERDA, Rosangela Rodrigues; VALE, Silvia Teixeira do. Tema 1.118: aptidão para prova, prova negativa e novo caminho para o trabalhador terceirizado. Democracia e mundo do trabalho, abr. 2025.

Disponível em:

<https://www.dmttemdebate.com.br/prova-novo-caminho-trabalhador-terceirizado/>. Acesso em: 15 mai. 2025.

ARTIGOS

9. O precedente judicial no ordenamento jurídico brasileiro

FONTE: DALLEFI, Nayara Maria Silvério da Costa; ROQUE, Ana Cristina Lemos. O precedente judicial no ordenamento jurídico brasileiro. Revista de teorias da justiça, da decisão e da argumentação jurídica, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 176–193, 2016.

Disponível em:

<https://www.indexlaw.org/index.php/revistateoriasjustica/article/view/1701/2235>. Acesso em: 15 mai. 2025.

10. Sistema de precedentes brasileiro em três atos: sistemas de common law e civil law, formação do modelo atual, graus de vinculatividade e conceitos imprescindíveis

FONTE: FERNANDES, Ingrid Chipitelli; CARMO, Jéssica Lima Brasil.

Sistema de precedentes brasileiro em três atos: sistemas de common law e civil law, formação do modelo atual, graus de vinculatividade e conceitos imprescindíveis. Revista do Tribunal Superior do Trabalho, São Paulo, v. 88, n. 4, p. 222-236, out./dez. 2022.

Disponível em:

https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/213573/2022_fernandes_ingrid_sistema_precedentes.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

Acesso em: 15 mai. 2025.

11. História da tradição da civil law e a questão do direito processual brasileiro: um breve ensaio sobre a nossa proximidade com a common Law

FONTE: MARTINS, Ricardo Evandro Santos. História da tradição da civil law e a questão do direito processual brasileiro: um breve ensaio sobre a nossa proximidade com a common Law. Revista Acadêmica Escola Superior do Ministério Público do Ceará, v. 11, n. 1, p. 195-211, 2019.

Disponível em:

<https://revistaacademica.mpce.mp.br/revista/article/view/72/64>. Acesso em: 15 mai. 2025.

12. O sistema precedentalista atrelado ao Direito Brasileiro

FONTE: MODELLI, Guilherme Marconatto; SIMÕES, Leonardo de Oliveira. O sistema precedentalista atrelado ao Direito Brasileiro. Anais do VII Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania, n. 7, 2019.

Disponível em:

<https://revistas.unaerp.br/cbpcc/article/view/1706/1478>. Acesso em: 15 mai. 2025.

ARTIGOS

13. Os princípios do Direito do Trabalho frente ao avanço tecnológico

FONTE: OLIVEIRA, Lourival José de *et al.* Os Princípios do Direito do Trabalho frente ao avanço tecnológico. Revista de Ciências Jurídicas e Empresariais, v. 3, n. 1, 2002.

Disponível em:

<https://revistajuridicas.pgsscogna.com.br/juridicas/article/view/1477/1415>. Acesso em: 16 mai. 2025.

14. A indispensabilidade dos princípios das relações trabalhistas como garantia dos direitos fundamentais do trabalhador

FONTE: SANTOS, E. A indispensabilidade dos princípios das relações trabalhistas como garantia dos direitos fundamentais do trabalhador. Revista de Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Direito da Seguridade Social, v. 1, n. 1, 2019.

Disponível em:

<https://revista.laborjuris.com.br/laborjuris/article/view/8/5>. Acesso em: 16 mai. 2025.

GUIAS

1. Guia de informações sobre os fatores de riscos psicossociais relacionados ao trabalho

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego. Guia de informações sobre os fatores de riscos psicossociais relacionados ao trabalho. Brasília, 2025.

Disponível em:

<https://cdn.protecao.com.br/wp-content/uploads/2025/04/Guia-Fatores-de-Riscos-Psicossociais-MTE.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2025.